

Senado transfere decisão sobre ACM para STF

PT prepara recurso contra a determinação, e insiste na abertura de processo de cassação

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – Com o aval do PMDB, PSDB e PFL, a Mesa do Senado decidiu ontem derrubar a decisão do Conselho de Ética que recomendou a abertura de processo de cassação de mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por quebra de decoro parlamentar. Na prática, foi o arquivamento do pedido de formalização de processo de cassação de mandato aprovado anteontem no conselho.

Mas essa decisão poderá ser mudada no plenário por meio da aprovação de um recurso que será assinado pelo líder do PT, Tião Viana (AC), em nome da bancada petista. Se o recurso for acolhido, será finalmente aberto procedimento de cassação. O senador foi alvo de uma sindicância no conselho por conta da suspeita de envolvimento no esquema de escuta telefônica ilegal montado na Bahia.

Em substituição ao pedido de cassação, cinco dos sete integrantes da Mesa, entre eles o presidente, José Sarney (PMDB-AP), aprovaram aplicação de uma pena bem mais branda para ACM: a censura escrita, sugerida por Heráclito Fortes (PFL-PI), relator do caso na Mesa.

Em seu parecer, ele entendeu que, por conta da acusação de que ACM teria divulgado a jornalistas da *IstoÉ* o conteúdo das conversas gravadas ilegalmente, o colega deveria sofrer censura escrita. “Esse episódio ocorreu nas dependências do Senado, o que é lamentável”, diz o parecer de Fortes.

Ficaria mais satisfeito se tivesse sido absolvido. Mas, pelo menos, foi feita parte de justiça

Antonio Carlos Magalhães

A Mesa do Senado também aprovou o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de notícia-crime para que seja apurada acusação de que o senador baiano teria praticado crime comum ao ter supostamente participado do esquema de escuta.

Além de Sarney, votaram a favor de ACM na Mesa o relator, o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), o tucano Eduardo Siqueira Campos (TO) e Alberto Silva (PMDB-PI). Sarney não precisava votar, mas fez questão de se manifestar. Apenas Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) votaram contra.

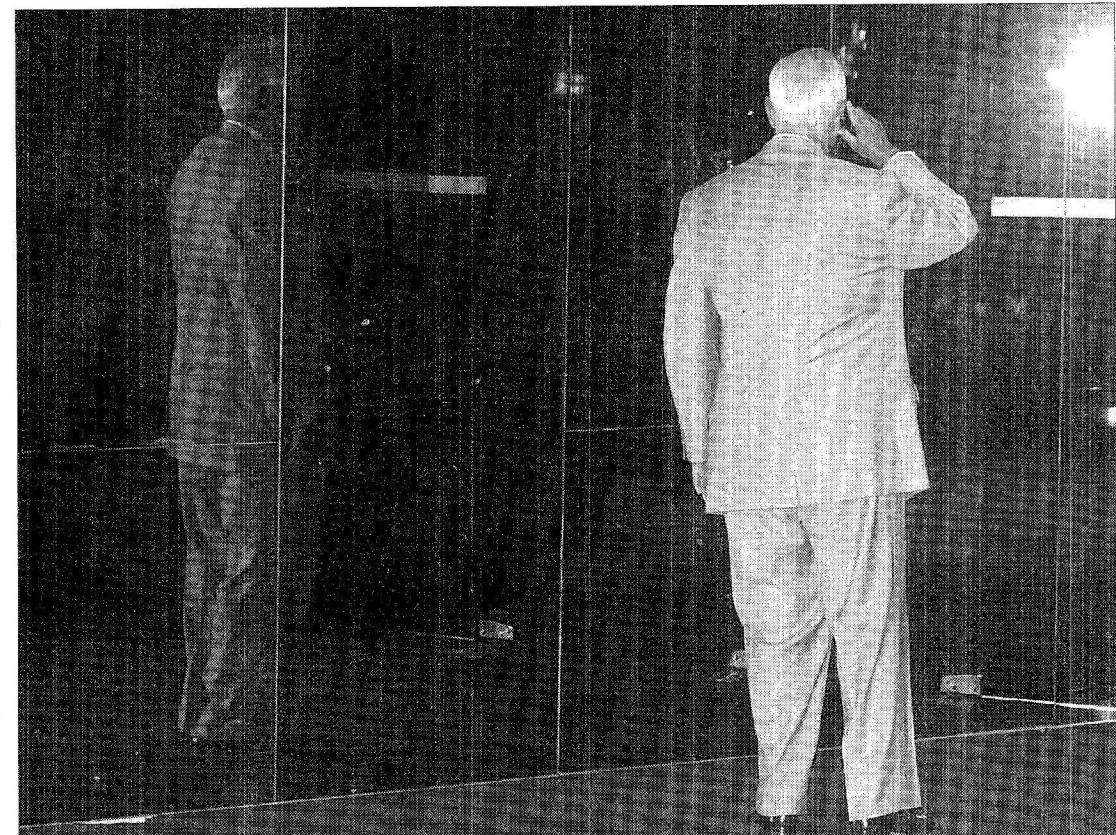
Votação aberta – Logo após a reunião da Mesa, Paim informou que Tião Viana, assinaria o pedido para derrubar a decisão. “Os parlamentares do PT vão recorrer e essa matéria vai ao plenário”, declarou Paim.

Os governistas esperam que, no plenário, com a votação aberta, seja possível abrir processo de cassação.

Se o recurso for acolhido, o processo seguirá para o Conselho de Ética, à Comissão de Constituição

e Justiça e, enfim para o plenário, onde será aprovada ou não, em sessão secreta, a cassação. O parecer aprovado no Conselho de Ética recomendava a perda de mandato porque ACM infringiu o decoro ao se valer de “informações colhidas mediante a prática de crime”.

Sarney defendeu o posicionamento da Mesa. “A opinião pública não pode ver mal o cumprimento da Constituição”. Segundo ele, ACM foi punido com censura escrita, porque teria divulgado, nas dependências da Mesa, “documento de origem duvidosa”. ACM comemorou a vitória: “Ficaria mais satisfeito se tivesse sido absolvido. Mas, pelo menos, foi feita parte de Justiça.”



ACM: em lugar do pedido de cassação, foi aprovada a aplicação de censura escrita ao senador

José Paulo Lacerda/AE